

**FÓRUM INTERNACIONAL  
“DESIGN E DIVERSIDADE CULTURAL”  
Mesa redonda: Design para o setor artesanal**

*“O conhecimento da natureza emana, desde o estágio do saber pragmático do cotidiano até à moderna ciência da natureza, do conflito primário do homem com a natureza, assim como retroage por sua vez e enquanto força produtiva, sobre o sistema do trabalho social, dinamizando seu desenvolvimento.*

*Habermas*

O artesanato brasileiro tem sido um desafio constante a todos que se interessam pela definição e pela consolidação do perfil cultural do nosso país. Sua riqueza, sua variedade, sua multiplicidade e criatividade propõem um espectro de abordagens infinito.

Início traçando uma análise da questão e da potencialidade de novas aproximações. Faço também um

relato das iniciativas em desenvolvimento atualmente na área governamental.

Há exatos vinte anos iniciei meu trabalho com a questão artesanal. Fase rica e estimulante: muitos sonhos, discussões, debates e seminários. O perfil dos profissionais presentes a essas reuniões estava então restrito a antropólogos, sociólogos, folcloristas, enfim, pesquisadores no âmbito das

ciências sociais com a preocupação particular de “registro”, “estudo” e “análise” das expressões da cultura material no meio em que estavam sendo produzidas. Hoje, o segmento artesanal está sendo debatido em fóruns interdisciplinares, ou seja, está sendo visto pelas mais diversas áreas do conhecimento. As duas formas de abordagem são complementares, necessárias.

Acreditamos que a primeira a que conta com a presença de especialistas das ciências sociais - é que fornece os registros e conhecimentos que constituem o lastro para a resistência às formas de dominação externas que a atividade artesanal sofre com as rápidas mudanças que vêm ocorrendo neste curto espaço de tempo. A segunda - a visão transdisciplinar - é que permite que o universo da produção artesanal não seja visto mais como apenas circunscrito aos aspectos da produção cultural, embora essa seja de fundamental importância. Não há mais espaço para a observação longínqua segundo os critérios estéticos, materiais, lúdicos, poéticos, folclóricos, exóticos.

O que dizer do aspecto humano e social? Como esquecer e equacionar a

relação artesão/seus produtos/seus problemas? Deveríamos persistir com a visão romântica dominante de olharmos a rendeira sentada no chão batido do terreiro de seu casebre, trocando bilros, tecendo esperas?... Os ceramistas reumáticos com as condições dos seus locais de trabalho, criando artrites pelo esforço de sovar o barro, umedecendo o rosto com o suor da boca do forno?... A tecedeira que castiga seu corpo com movimentos bruscos e rápidos do mover o liço e os pedais do tear, tramando sonhos?... É a queimadura do fogo, do sol, é a picada do espinho, da mata... produzindo o belo.

Mas há o fundamental, a vida, e dentro dela a tendência à perfeição, este eterno valor do Homem. A partir da existência da vida, se encadeiam compromissos que são lógicos, sequenciais e inevitáveis. Há uma mudança de atitude frente a questão, dada a complexidade do mundo moderno, onde resiste a atividade artesanal. Os blocos econômicos protecionistas, a internacionalização da economia, a hegemonia dos meios de comunicação, a informática, os acordos internacionais e medidas nacionais de preservação e conservação do meio ambiente, entre

outros, são aspectos que de diferentes maneiras, determinam um ciclo de ajustes frente às novas exigências das formas de produção e organização do trabalho, do uso das matérias primas, da circulação do produto e seu consumo final.

O primeiro ajuste ocorre quando da compreensão de que a produção artesanal deve ser abordada dentro de uma visão sistêmica, na qual os valores, atributos, conceitos e definições incluem a pessoa humana e os custos, e na qual as tecnologias privilegiem medidas culturais e sociais que impliquem propósitos e reflitam a intenção e a consciência dos artesãos para a possibilidade e a oportunidade da intervenção. É contemplar holisticamente o homem/o meio/o símbolo/o meio transformado/o homem.

Busquei uma série de palavras que constituem um paradigma de valores e conceitos da modernidade:

- atividade humana/caráter produtivo;
- utilidade/funcionalidade/destinatário;
- utilitário/decorativo/lúdico/ritualístico;

- rural/urbano/tradicional/inovado;
- técnica/tecnologia/equipamentos/ferramentas;
- matérias primas - extrativistas/industriais;
- estrutura do objeto/forma/volume/proporção/protótipo;
- durabilidade/manutenção/funcionamento;
- útil/belo/bem feito/único/criativo;
- produção/produtividade/qualidade;
- mercados/estoques/preço/prazo/promoção;
- marca/embalagem/transporte;
- leis/normas/repertórios/nomenclaturas;
- qualificação/treinamento/pesquisa;
- melhoria da imagem/agregação de valores;
- trabalho/ganho/geração de riqueza/bem estar social.

Ao fazermos um jogo de ligações entre estas palavras, estamos tecendo uma rede de trama complexa de atividades, ações, responsabilidades e intervenções que determinam níveis de agregação, parcerias, qualificações técnicas, impossíveis de serem atendidas por indivíduos e

organizações de forma isolada. O trabalho é uma construção social, histórica e coletiva.

Trago esses questionamentos e reflexões iniciais para chegar ao segundo ajuste que se dá no âmbito do Governo Federal. Como devemos atuar e quais os instrumentos que devemos colocar à disposição da sociedade como elementos imprescindíveis à harmonização do setor artesanal e à dignificação do artesão? O ponto de partida para responder a esses questionamentos surge quando definimos o próprio papel do Estado, na perspectiva de apoio efetivo ao setor artesanal. Trabalhamos com dicotomia: Estado centralizador/executor X descentralizador/coordenador; programas eminentemente nacionais X programas locais; Estado clientelista X critérios técnicos.

Assim, o Ministério do Bem-Estar Social/Secretaria da Promoção Humana, parte de uma crítica essencial ao formato centralizador e compreende que a ação interinstitucional dos vários setores governamentais que tangenciam a atividade artesanal deve ser estimulada, reafirmando que a solução

é pensar o homem como centro e o produto artesanal como forma radicalmente marcada pela função catalisadora dos traços da identidade cultural. Desta perspectiva, quatro vertentes orientam a ação política e executiva do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, nas seguintes direções básicas:

- 1 - Assistência e cooperação técnica: porque constata-se que é essencial para o aprimoramento tanto do processo de produção como da integração do artesão ao sistema econômico e social. Assim, como o Programa visa à qualificação e à profissionalização do produtor, deve atuar para o aperfeiçoamento do produto, das técnicas de produção e da comercialização, elevando o grau de cidadania do artesão. Para efetivar a proposta, o Programa cadastrará as instituições, especialistas, pesquisadores, artesãos, segundo a sua experiência e qualificação no setor, e utilizará esta “rede de inteligência”, sempre que houver demanda específica.
- 2 -Desenvolvimento de sistema de informação: porque embora nos últimos anos tenham sido

investidos muitos esforços na obtenção de informações, dados e estudos sobre a produção artesanal brasileira, este acervo não está disponível de forma organizada, confiável e atualizada. Sem uma base de dados sobre o setor, as diretrizes políticas podem incorrer em sérios equívocos que tendem a acentuar distorções graves num quadro já marcado por desigualdades.

- 3 -Definição de bases jurídicas e normativas para o artesão e para a atividade artesanal: porque verifica-se nesta área lacunas inaceitáveis tanto no que se refere ao conhecimento dos artesãos sobre legislação trabalhista e comercial, como no que diz respeito à disponibilidade de instrumentos legais que dêem suporte jurídico de estímulo, amparo, e valorização do produto e do produtor artesanal, bem como a ampla divulgação destes instrumentos e de outros com função correlata, entre os artesãos e administradores de entidades ligadas ao artesanato.
- 4 -Estabelecimento de planos de viabilidade econômica: porque qualquer modificação nas atuais

condições de trabalho do artesão exige um investimento para o qual não há uma linha de crédito específica em nenhum dos setores público ou privado. E os processos rudimentares de formação de preços e comercialização impedem que o artesão forme um pequeno capital para investir, seja na armazenagem de matéria prima, seja na modernização de seu processo ou ainda na sua própria qualificação.

As estratégias concretas de ação do PAB, em articulação com a rede de instituições estaduais, municipais e privadas, fundamentando-se nas diretrizes e princípios discutidos e estabelecidos juntamente com os artesãos, configuram um conjunto de subprogramas locais que, de acordo com as necessidades, contemplam as seguintes vertentes:

- 1 -Fomento à produção: porque é necessário estimular a perpetuação e o aperfeiçoamento de formas de produção que refletem a multiplicidade do perfil cultural brasileiro, a sensibilidade do espírito criador do povo e constituem uma das diversas faces da nossa identidade.

2 -Fomento à comercialização: porque é inadiável assegurar que a atividade artesanal se constitua como uma fonte de renda capaz de garantir trabalho para largos segmentos da população.

3 -Capacitação: porque a fragmentação das formas tradicionais de transmissão das técnicas e processos exige agora uma ação sistemática de formação de novos artífices, e porque muitas técnicas podem ser beneficiadas por novos instrumentos ou processos mais modernos de produção, sem perder as características do produto artesanal.

4 -Estudos, pesquisa e documentação: porque é urgente recuperar, documentar, analisar o acervo de conhecimentos, saberes e informações que atualmente encontra-se disperso e inacessível.

5 -Divulgação e promoção: porque não é mais possível continuar mantendo o artesão e o produto artesanal com aspectos marginais e secundários do sistema sócio-econômico-cultural brasileiro. É

preciso torná-lo conhecido, valorizado, apreciado.

Muitas dessas metas já foram alcançadas nos últimos três anos, ou estão em plena fase de desenvolvimento. No que diz respeito à legislação e à informação o trabalho já está avançado. Realizamos diversas reuniões para discussão destes temas com representantes das várias formas de organizações-sindicatos, associações, instituições governamentais e não governamentais. No momento o Anteprojeto de Lei está em fase de análise quanto à adequação jurídica. Queremos avaliar se todos os mecanismos propostos atendem realmente aos interesses da categoria. Com relação à informação, já se encontra bastante delineado o projeto "Sistema de Informação para o Setor Artesanal Brasileiro". Através de consulta simples aos terminais de computador que serão instalados nos Estados, os artesãos, instituições, ou pessoas interessadas, como lojistas e pesquisadores, poderão obter informações sobre a área, tais como: quem produz artesanato? em que lugar? com que matéria prima? quem comercializa? onde? que indústria vende tal matéria prima? quem

importa e exporta? quais as feiras e exposições estão programadas? em que cidade? quem promove? que bibliografia existe? qual a legislação para exportar, importar, sobre IPI, ICMS, etc.?

O estudo sobre a criação de um fundo de crédito para atender às expectativas do setor artesanal, já está em fase final de elaboração.

Desta forma, a atuação oficial fornece instrumentos essenciais, mas deixa uma larga margem de flexibilidade para que todos os

segmentos da sociedade, em perfeita interação, participem da construção cultural do país. Assim, não nos cabe estabelecer a trajetória dos profissionais de design nos meandros do fazer artesanal. Sabemos que suas reflexões e seu atuar específico e competente, estão sempre presentes na construção da nossa utopia. E é dentro desse quadro de vida, de paixão, que delineamos um caminho conjunto, solidário, na direção do homem, tanto para permitir a continuidade de sua produção autêntica, como também para ajudá-lo na sua dinâmica de construção social. ■